

DISTRITO FEDERAL - Polícia

Tenente-coronel que apontou suposto uso irregular de aeronave do Detran é exonerado do comando do Grupo de Operações Aéreas da PM

Denunciante perde cargo

ANA MARIA CAMPOS
DA EQUIPE DO CORREIO

Autor da denúncia à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) sobre o suposto uso irregular do helicóptero do Departamento de Trânsito (Detran-DF), o tenente-coronel Antonio Roberto Castro Neves perdeu o comando do Grupo de Operações Aéreas (GOA) da Polícia Militar do Distrito Federal. O oficial foi exonerado do cargo e será destacado para atuar em outro setor da corporação, justamente quando se tornou público o embate que ele vinha travando nos bastidores com o diretor-geral do Detran-DF, coronel Jair Tedeschi.

Reportagem do **Correio** mostrou na última terça-feira que a Anac recomendou ao Detran-DF não usar mais a aeronave prefixo PR-EBQ em missões de segurança pública. Por ser de uso privado, segundo as regras da Aeronáutica, o helicóptero tem algumas restrições como só voar a uma altura superior a 150 metros e pousar apenas em helipontos autorizados pela Anac. Dessa forma, a aeronave estaria em situação irregular ao ser usada em operações de acompanhamento do trânsito. O Ministério Público do Distrito Federal encaminhou recomendação ao Detran para que obedeça as determinações da Anac.

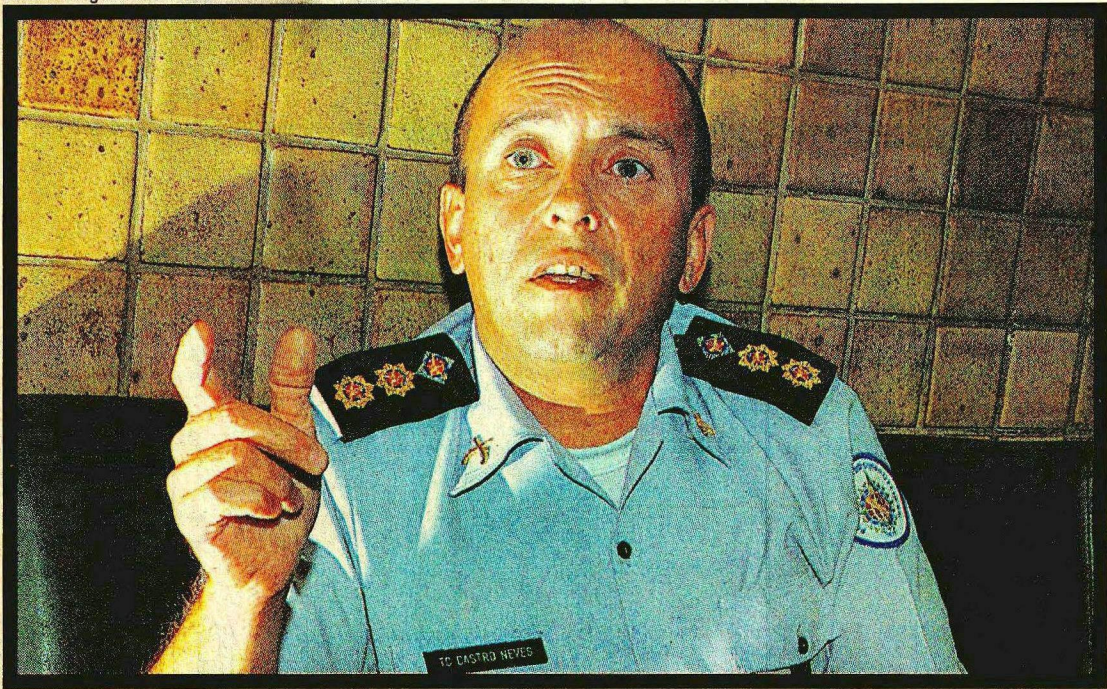
A sugestão de dois promotores de Justiça e da procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Cláudia Fernanda de Oliveira, é de que o Detran encontre uma solução para não manter o helicóptero parado ou em funcionamento irregular. Uma alternativa seria repassar a aeronave para a PM que tem a prerrogativa de manter o helicóptero com função pública, o que lhe dá possibilidade para exercer missões de segurança. A atuação do MP e da Anac foi reforçada por relatórios do comando do GOA, segundo os quais o helicóptero do Detran estaria em situação irregular e colocando em risco regras de segurança de voo no DF.

“Necessidade”

O comandante-geral da PM, coronel Antonio Cerqueira, disse ao **Correio** que a exoneração de Castro Neves ocorreu por uma “necessidade de serviço”. Segundo Cerqueira, já havia uma intenção de trocar o comando, já que o cargo deve ser ocupado por um major. “Foi uma coincidência”, assegura Cerqueira. Ele não comenta o embate com o Detran-DF ou sobre a regularidade do helicóptero da autarquia. “Prefiro aguardar uma posição do Detran e do Ministério Público, antes de dar um parecer sobre o assunto”, afirmou Cerqueira. O comandante-geral da PM, no entanto, afirmou que Castro Neves não quebrou a hierarquia ao enviar representações à Anac. “Ele é um piloto e tem o dever de fazer relatórios sobre qualquer eventual perigo de voo”, disse.

Castro Neves disse que apenas cumpriu o seu dever como oficial da PM e comandante do setor aéreo da PM. “Quisemos apenas cumprir a nossa obrigação, enviando informações para a Anac, relatórios de perigo, que é um meio adequado para se divulgar algo que está sendo feito, e alertando que estava havendo, ao nosso ver, um descumprimento das normas de tráfego aéreo”, explicou o tenente-coronel ao **Correio**. “A aeronave estava sendo empregada de uma forma que contraria a legislação”, disse. O coronel Tedeschi disse que não poderia comentar a exoneração e que sequer tinha conhecimento da decisão do comandante-geral da PM.

Edilson Rodrigues/CB/DA Press



CASTRO NEVES: “A AERONAVE ESTAVA SENDO EMPREGADA DE UMA FORMA QUE CONTRARIA A LEGISLAÇÃO”